

MAIS IGUALDADE MENOS LIBERDADE

“A desigualdade é corrosiva. Ela apodrece as sociedades a partir de dentro. A repercussão das diferenças materiais leva algum tempo a mostrar-se: mas a seu tempo aumenta a concorrência pelo estatuto social e bens; as pessoas experimentam uma sensação crescente de superioridade (ou de inferioridade) segundo as suas posses; cristaliza-se o preconceito para com as posições inferiores da escala social; o crime aumenta e as patologias do desfavorecimento social vão-se acentuando cada vez mais. **O legado da criação de riqueza não regulada é realmente amargo**”.

JUDT, Tony. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 35.

Vivemos uma época medíocre protagonizada por homens e mulheres medíocres. Após um século XX exaltante em que nos confrontámos com as ambições hegemónicas de regimes políticos totalitários que, partindo de uma compreensão extremada da realidade histórica acabaram por condicionar tantas vezes dramaticamente a nossa liberdade individual e colectiva, caímos num *laissez faire* aviltante que egoisticamente se esgota na aleatoriedade das nossas preocupações diárias. Estaremos cansados ou será que receamos “agitar” velhos *demónios*, agora, adormecidos na paz anódina dos dias que correm... Acontece, porém, que, aproveitando-se da nossa aparente “letargia”, outros procuram afincadamente construir os seus pequenos “impérios”, incentivados pela permissividade dos costumes políticos “vigentes” que premeiam mais uma gestão criteriosa da “carteira” de interesses que a afirmação isenta de convicções próprias. São estes lamentavelmente os líderes actuais, sem ideais nem ideias, mais “apostados” na visibilidade pública e em outros proveitos que as respectivas carreiras lhes poderão granjear; e esquecidos, não apenas da “herança” carismática de um Jean Monet ou Winston Churchill, Willy Brandt ou Mitterrand, mas, sobretudo, de *pensar* uma nova Europa, mais coesa e solidária.

Todavia, a questão social que, após as duas Guerras mundiais, deu origem ao *Welfare State* está novamente aí diante dos nossos olhos, em toda a sua interpelante crueza: é o desemprego crescente; a precariedade no trabalho, sobretudo entre os jovens; a fome; o aumento das patologias sociais associadas à pobreza, designadamente o crime, o alcoolismo, a violência doméstica e as doenças mentais; o acesso dificultado aos serviços públicos de saúde e educação, etc. Entretanto, minorias privilegiadas vivem em “condomínios fechados”, passeiam-se em automóveis de luxo,

barcos de recreio ou jatos privados, frequentam restaurantes caríssimos e viajam para lugares exóticos, vestem roupas exclusivas...

E o Estado? Esse ameaça decretar a “insolvência”, agrava os impostos (não taxando, todavia, as “mais-valias” bolsistas), encarece ou reduz as prestações sociais básicas, aumenta a idade de reforma, suprime subsídios, facilita o despedimento, promove a contratação a prazo e o “trabalho temporário”, reduz os salários da função pública, limita o valor das indemnizações a pagar pelos empregadores, encerra escolas e postos de saúde, privatiza as empresas públicas, etc: isto é, abandona a sua vocação social e de apoio às classes menos favorecidas para se converter, progressivamente, num “Estado mínimo” defensor do mercado livre.

Esta não é, por certo, a sociedade que a larga maioria dos cidadãos ambiciona. E muito menos a que a União Europeia se comprometeu a construir obrigando-se a promover “a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados-Membros” (artigo 3.º, & 3, inciso 3.º, Tratado da União Europeia). Assistimos hoje a uma fraude política sem precedentes que se traduz em entregar à assistência financeira do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia (Troika) – que é paga a “peso de ouro” – os Estados-Membros menos favorecidos (ou mais endividados) impondo-lhes, simultaneamente, severas restrições orçamentais e outras que prejudicam gravemente o bem-estar das respectivas populações. Tudo isto se resume num quadro que tem tanto de irónico como trágico: tendo o Estado-nação perdido parte da sua soberania a favor da União, verifica-se hoje contra todos os princípios constitutivos do respectivo Tratado, não apenas uma desigualdade crescente entre ricos e pobres no seio de certos Estados-Membros (v.g., Portugal), como uma maior desigualdade social entre os diferentes países da União. Desigualdade esta última que na perspectiva dos Estados mais ricos (v.g., Alemanha) “ilustra e exacerba a perda de coesão social – a sensação de viver numa série de comunidades vedadas cujo objectivo principal é manter os outros (menos afortunados que nós) do lado de fora e limitar as nossas vantagens a nós e às nossas famílias: uma doença da época e a maior ameaça à saúde de qualquer democracia¹”.

Que fazer ? Tony Judt prevê um regresso ao Estado-nação: “após décadas de relativo eclipse, os Estados-nação estão a postos para reafirmar o seu papel dominante nos assuntos internacionais²”. A verificar-se esta previsão considero-a um retrocesso civilizacional. Investimos na construção de uma Europa Unida e é lá que nos devemos manter. Agora, as regras terão de ser outras assegurando a todos os Estados-Membros níveis idênticos de riqueza e segurança social. É preciso levar a sério a coesão económica e social dando cumprimento a um dos princípios fundamentais da União Europeia. Por certo que esta igualdade acrescida entre países distintos pressuporá e exigirá uma maior integração política no sentido da criação de uma Federação de Estados europeus. Nada a opor desde que, por um lado, essa nova entidade política seja reconstruída de raiz aderindo a ela apenas as populações nacionais que livremente a referendarem e, por outro, se reafirmem na respectiva Lei Fundamental os mesmos princípios e direitos que constituem já um património cultural e jurídico inalienável dos Estados sociais de direito democrático.

O Estado social não é caro se for corretamente financiado e rigorosamente gerido. Neste sentido, uma política fiscal que promova e garanta uma progressiva tributação de todos os rendimentos de modo a assegurar uma redistribuição mais igualitária da riqueza e a prestação de apoios sociais básicos à população em geral, um controlo próximo, rigoroso e responsabilizante da gestão dos “dinheiros públicos”, a promoção de uma cultura de serviço à comunidade que, assumindo-se, sobretudo, como cumprimento de um dever cívico, exclua todos aqueles que visam apenas aproveitar-se financeiramente do respectivo *status* político, a demarcação de “fronteiras” claras entre os interesses do Estado e a iniciativa económica privada, a proscrição de salários régios pagos a administradores públicos etc. poderão representar menos “liberdade”, mas contribuirão a

¹ JUDT, Tony. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Tradução Marcelo Felix. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 175.

² JUDT, Tony. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. cit., p. 184.

prazo para uma maior igualdade e paz social. Como JUDT, também eu acredito que “estas considerações significam muito mais para a maior parte dos indivíduos do que o lucro ou crescimento agregados ou mesmo pessoais³”.

Coimbra, Fevereiro de 2012

João Varela

³ JUDT, Tony. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. cit., p. 162.